SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PEDAGOGIA DE PROJETOS
José Luis Vieira de Almeida
Teresa Maria Grubisich

O QUADRO NEGRO NA SALA DE AULA
Antonio César Frasseto

HISTÓRIA DA ARTE E LÓGICA DIALÉTICA: FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Edilson Moreira de Oliveira
Simone Azevedo Buchala
Aline Chitero Bueno

JOGOS EM GRUPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA
Karina Perez Guimarães

FILOSOFIA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO
Marcos Serzedello

REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA DO PSICODRAMA PEDAGÓGICO
Maria Christina Justo

O DEBATE SOBRE O EJA NA DÉCADA DE 1990
Maria Denise Guedes
Silmara Moraes da Silva

AULA NA ESTEIRA DA DIVERSIDADE E PROFUSÃO DE PROJETOS QUE ASSOLAM A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ACADÊMICO
Maria Eliza Brefere Arnoni

A AUTORIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Raul Aragão Martins
Rosana Akemi Kawashima

PENSAR O ESPAÇO DO HOMEM: UM PROJETO POLÍTICO NA SALA DE AULA DE GEOGRAFIA
Samira Peduti Kahil

SOBRE A ORGANIZADORA E OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

Nunca se falou tanto em projetos, em especial, no contexto escolar, como na última década. O número ou quantidade de "projetos" que invadem o espaço escolar é muito grande! Porém, se pararmos para refletir, os verdadeiros projetos, os que realmente valem a pena no ambiente escolar, são em número bem mais reduzido do que os que circulantes.

Se "pensado" na sua dimensão unicamente metodológica, o projeto pedagógico pode ser considerado como um instrumento balizador para o "fazer escolar", pois retrata as práticas pedagógicas/educativas das escolas de educação infantil, as do de ensino fundamental/ médio e, no caso das instituições de ensino superior, o fazer das universidades.

Mas os projetos, sejam de qualquer natureza, não apresentam apenas uma diretriz metodológica, voltada para o "fazer" de uma instituição de ensino: têm, também, uma dimensão política, indissociável da filosófica inspiradora do projeto.

Com relação à dimensão política, deve-se atentar para o fato de que, embora respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, artigo 53, incisos I, II, III e IV, e na legislação emanada do Conselho Estadual de Educação (CNE) e Conselhos Estaduais de Educação (CEE), como a Deliberação 07/2000 do CEE de São Paulo, nem sempre, nas organizações escolares, gestores e professores refletem sobre o fato de que todo e qualquer projeto, mesmo o mais simples, se levado e efetuado no contexto escolar, deve estar vinculado ao Projeto maior – o Projeto Político Pedagógico – e este, por sua vez, deve espelhar a concepção de homem, de cidadão, de sociedade, de educação, de escola, de universidade, e a de profissionais que a escola visa a formar.

Concebido e elaborado no cotidiano da instituição de ensino pública e/ou particular, o Projeto Político Pedagógico, de onde derivam os outros projetos presentes nas escolas, é construído na realidade complexa de um organismo de ensino e deve manifestar a face ou a identidade das instituições educacionais. Portanto, propor um projeto a ser desenvolvido no contexto escolar, implica, antes de tudo, "pensar" a sua identidade, a filosofia que o embasa, a metodologia prevista para desenvolvê-lo e, principalmente, sua função política no âmbito dos sistemas educacionais de um país.

Eis, portanto, a razão deste livro: orientar os educadores e lhes ensejar a reflexão sobre os muitos e diversificados projetos que, na atualidade circulam pelo contexto escolar e pelas instituições de ensino superior e proporcionar ao público interessado momentos para "pensar/repensar" os projetos presentes no ambiente escolar e para rever/redirecionar o "Projeto Político Pedagógico" básico.

Nessa perspectiva e com esse objetivo, organizou-se a obra *Projetos pedagógicos no contexto de ensino, pesquisa e extensão: dimensões políticas, filosóficas e metodológicas*. Em cada um dos dez capítulos que o integram, discutem-se a função social, a ideologia e as diretrizes para a realização de projetos no espaço institucional de escolas e universidades.

No Capítulo 1, "Pedagogia de projetos", José Luís Vieira de Almeida e Teresa Maria Grubisich analisam e discutem a denominada "pedagogia de projetos" e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Abrangendo desde a origem dessa pedagogia específica, no século XIX, até o neoliberalismo dos dias atuais, o enfoque dado pelos autores oferece ao leitor uma visão adequada do panorama da "pedagogia de projetos" que circula pelo contexto escolar e dos fatores e razões de ordem político-econômica que a impulsionam.

No Capítulo 2, "O quadro negro na sala de aula", Antônio César Frasseto analisa e discute, sob um enfoque psicanalítico, a constituição do sujeito-aluno, a partir de um

projeto identitário presente na organização escolar. À luz do quadro negro e sob o comando de um discurso pedagógico bastante acentuado, que dificulta a formação do denominado "sujeito de conhecimento", forja-se a identidade do estudante. Reverter esse quadro implica refletir sobre as políticas educacionais, sobre o "ser aluno" e sobre o papel da escola.

No Capítulo 3, "História da arte e lógica dialética: fundamentos necessários à elaboração de projetos de educação ambiental", Edílson Moreira de Oliveira, *Simone Azevedo Buchala* e *Aline Chitero Bueno* discutem, por meio da história da arte e da sua articulação com a lógica dialética, projetos de temática ambiental e refazem, com o leitor, o percurso ambiental, ensejando-lhe ampliar e compreender melhor o Homem e a sua relação com a natureza, permitindo-lhe refazer premissas, inter-relacionar os campos de reflexão e recriar hábitos culturais necessários a uma nova relação com o meio ambiente. Preparam, assim, o campo para o desenvolvimento interdisciplinar de projetos voltados para o meio ambiente no contexto escolar.

No Capítulo 4, "Jogos em grupo na educação infantil: uma abordagem construtivista", Karina Perez Guimarães focaliza e discute, segundo uma abordagem construtivista de ensino e aprendizagem, a importância do uso dos jogos na Educação Infantil. Para isso, optou por abordar inicialmente a construção do conhecimento e os períodos de desenvolvimento mental propostos por Piaget (1976). Destacando as principais características de cada um dos períodos. Sugere, por fim, a realização de projetos grupais, voltados para crianças em fase de educação infantil, com vistas ao desenvolvimento social, à interação mais adequada com seus pares e à construção gradativa do conhecimento por parte desses aprendizes, à medida que elas se desenvolvem e avançam no processo de apropriação do conhecimento da cultura, no espaço social de que fazem parte.

No Capítulo 5, intitulado "Filosofia, ciências e educação", Marcos Serzedello focaliza, analisa, discute e procura evidenciar alguns aspectos das estreitas relações entre filosofia, ciência e educação, mostrando ao leitor suas raízes comuns e como essa articulação é importante para estudantes que estão iniciando a vida acadêmica e a pesquisa bem como para todos os que se dedicam à pesquisa e docência. Nessa articulação reside a chave dos projetos de pesquisa frequentes nas universidades. Procurar compreendê-la e discuti-la não é apenas voltar ao passado, às raízes comuns da filosofia e da ciência, mas entender as necessidades atuais do pensar/repensar aspectos filosóficos, científicos e educacionais das investigações científicas no contexto das instituições de ensino superior.

No Capítulo 6, "Reflexões sobre a metodologia do psicodrama pedagógico", Maria Cristina Justo apresenta o "Psicodrama Pedagógico" enquanto um projeto para o contexto escolar, projeto esse que envolve o trabalho em grupo e deve ser desenvolvido em um clima lúdico e de liberdade. É uma abordagem de aprendizagem na qual o aluno aprende a relacionar-se, de forma menos conflitante, com situações, objetos e conceitos concretos; aprende a conviver melhor e a trabalhar em grupo. Por meio do projeto proposto, ele incorpora um método e um conhecimento sobre si mesmo e sobre o outro, aumentando sua experiência, seus limites e possibilidades. Portanto, o projeto "Psicodramas pedagógicos", se adequadamente conduzido no ambiente escolar, poderá colaborar expressivamente para coibir badernas e atritos na sala de aula, facilitando o processo de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares da escola de educação básica.

No Capítulo 7, "O debate sobre a EJA na década de 1990", Maria Denise Guedes e Silmara Moraes da Silva apresentam e analisam as diretrizes políticas, filosóficas e metodológicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da participação de

ambas em um projeto institucional de EJA, patrocinado pela Unesp, e do engajamento das autoras em favor de uma educação de qualidade para esse segmento de aprendizes. Expõem os resultados de pesquisa realizada em salas de EJA e propõem a construção de um projeto de educação escolar para jovens e adultos, tendo como horizonte a emancipação de cada indivíduo por meio da apropriação da riqueza material e intelectual produzida pela humanidade. Espera-se que, assim, o conhecimento e os bens culturais não sejam propriedade de alguns, mas de todos os cidadãos brasileiros, indistintamente.

No Capítulo 8, intitulado "Aula na esteira da diversidade e profusão de projetos que assolam a educação escolar: um desafio acadêmico", Maria Eliza Brefere Arnoni discute, à luz da mediação dialética, uma questão preocupante para um número expressivo de pesquisadores na área educacional: a quantidade de projetos de natureza diversificada que povoam as instituições de ensino, mesmo as de ensino superior. Na amplitude desta problemática, Arnoni discute as relações inerentes ao projeto institucional que envolve duas instâncias públicas: a "escola-formadora e promotora do projeto", ou seja, a universidade, e a escola-campo de realização desse, a escola de ensino básico. Projetos que envolvem ambas as escolas solicitam, portanto, uma articulação metodológica adequada, já que integram duas realidades diferentes, porém com idêntico propósito: a melhoria do ensino e das condições de ensino no país, nos dois níveis em que este se organiza: ensino básico e ensino superior.

No Capítulo 9, "Autoridade na constituição da discriminação em crianças da educação infantil", Raul Aragão Martins e Rosana Akemi Kawashima investigam a discriminação e o preconceito entre crianças em fase escolar. Apresentam, no livro, os resultados de um projeto de pesquisa sobre o tema "Inclusão". O trabalho de análise e a discussão dos dados obtidos expõem a influência de pais, diretores de escola, professores e outras pessoas mais próximas da criança na manifestação de atitudes e comportamentos discriminatórios e/ou preconceituosos com relação a colegas de escola ou a pessoas "diferentes", que se distanciam do considerado "normal" para o senso comum. Trabalhar essa questão, de forma a redirecionar o "olhar" das crianças para o problema focalizado pelos autores é dever de todos, pais e educadores.

No Capítulo 10, Samira Pedutti Kahil discute, em "Pensar o espaço do homem: um projeto político na sala de aula de geografia", a dimensão política dos projetos que circulam pelo contexto escolar e, de forma mais específica, os da área de "Ciências da Terra e do Homem", entre as quais se inclui a geografia. "Um projeto é um pensamento político", afirma a autora, e, portanto, há um elo singular entre escola, pensamento e política –"elo fundamental para necessária invenção da política como experiência transformadora, uma experiência preocupada e responsável em criar politicamente uma nova sociedade, um homem novo" (Khahil 2009). Pensar/repensar a dimensão política dos projetos que povoam o espaço escolar é, portanto, responsabilidade de todos os profissionais da área de educação.

Efetuada a apresentação do livro *Projetos pedagógicos no contexto de ensino, extensão e pesquisa: dimensões políticas, filosóficas e metodológicas*, convida-se o leitor a analisar e a refletir sobre as colocações presentes em cada um dos dez capítulos que o compõem.

Possa a obra contribuir para a melhoria do ensino, quer nas escolas de educação básica, quer nas instituições de ensino superior, é o que almejam organizadora e autores!